

S. Paulo e Minas fariam gabinete

Sarney alerta que parlamentarismo enfraquece os estados menores

JORGE CARDOSO



Os novos generais de brigada receberam suas espadas ontem

Pela 7ª vez, Ulysses ocupa a Presidência

O presidente do PMDB, da Constituinte e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, assume amanhã, às 8 horas, na Base Aérea de Brasília, mais um cargo: a Presidência da República, em substituição ao presidente José Sarney, que viaja para o México, onde deverá ficar até o dia 20, em missão oficial.

Esta é a sétima vez que o deputado Ulysses Guimarães assume interinamente a Presidência da República, em substituição ao presidente Sarney. Ele já é o recordista em assumir interinamente o cargo como presidente da Câmara. O recorde pertence ao ex-deputado Ranieri Mazzilli, que substituiu por cinco vezes os presidentes Juscelino Kubitschek, em 1960; Jânio Quadros, em 25 de agosto de 61, quando da sua renúncia; o presidente João Goulart, em abril de 62, em viagem aos Estados Unidos, e em junho de 63, em viagem ao Vaticano para coroação do papa Paulo VI; e, em 31 de março de 64, quando da deposição do presidente João Goulart.

O deputado Ulysses Guimarães passou o recordista de substituições quando da última viagem do presidente Sarney, de 15 a 17 de julho último, quando assumiu a Presidência da República, pela sexta vez. Desde que assumiu o governo o presidente Sarney viajou ao exterior oito vezes e fará agora sua nona viagem. Além do deputado Ulysses Guimarães, já substituíram o presidente Sarney o ex-senador José Fragelli e o ministro Moreira Alves (presidente do STF), que assumiram o cargo uma vez cada, no período em que Ulysses Guimarães disputava a reeleição para deputado.

O atual presidente da Câmara já substituiu o presidente Sarney em suas viagens a Uruguai de 11 a 14/08/85; a Nova York — 21 de setembro de 1985, a Portugal e Cabo Verde, de 3 a 13 de maio de 86; ao Uruguai — 27 de maio de 87; ao Peru — 3 de julho de 87 — e à Argentina de 15 a 17 de julho de 87. Agora assume pela sétima vez, de 16 a 20 de agosto, na viagem ao México.

Waldir diz que não irá ao comício

Salvador — O governador da Bahia, Waldir Pires, garantiu ontem à noite que o comício das diretas programado para o próximo dia 28, nesta capital, será realizado sem qualquer restrição do governo estadual. Observou, porém, que não estará presente no palanque.

— O comício é um direito de todo o cidadão. De modo que será respeitado. Eu não comparecerei por entender que neste momento o mais importante é encerrar o período autoritário, com a elaboração e promulgação da nova Constituição democrática — assinalou.

O senador Mário Covas (PMDB-SP) pediu permissão ao governador para participar do comício, num gesto muito elegante, segundo Waldir Pires: "Mário Covas é uma pessoa sempre bem-vinda à Bahia".

CAVALCANTI

Se não houver uma reciclagem imediata da Aliança Democrática, dentro de uma filosofia em que prevaleçam os princípios e não a simples distribuição de cargos públicos, a saída será devolver ao povo o direito de escolher o seu presidente, já em 88. A afirmação foi feita ontem, em Recife, pelo deputado e ex-ministro do Interior, Joaquim Francisco Cavalcanti.

"Exército não se ausenta das decisões"

"Neste momento difícil, o Exército não se faz ausente no tabuleiro das decisões. Como cidadãos comuns não abrimos mão do direito de defender nossas convicções". A afirmação é do general Fernando Valente Pamplona, chefe do Estado-Maior do Exército, ao saudar ontem os novos generais-de-brigada, promovidos a 31 de julho último pelo presidente Sarney. As palavras do titular do EME foram analisadas pelos escalões superiores das Forças Armadas como um alerta aos constituintes da Nova República.

Pamplona, que deverá assumir ainda este ano o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar, citou em sua alocução que "nunca tenhamos o desprazer de viver os desmandos da República de 1891", e transcreve um trecho de carta enviada por Campos Salles de Lisboa, como participante do Governo Provisório da República: "Aí está o que fizemos, organizamos a República. Mas quando inventário os atos da administração fico sinceramente abatido, sinto um desgosto profundo porque a triste verdade é que na escola da imoralidade nunca se fez neste País o que se praticou no Governo Provisório. Foi um verdadeiro horror", e encerra afirmando que só lhe restava o consolo de não ter concorrido para os desmandos. Ao contrário, procurou evitar os erros dos próprios companheiros.

Dirigindo-se aos novos generais, Pamplona destacou que "a constante evolução do mundo deve ser causa fundamental na renovação e no dinamismo de nossas posturas e atividades. Referindo-se às realizações na área de renovação de material bélico, traduzida no projeto FT-90 (Força Terrestre 1990), que vêm sendo alvo de críticas por parte dos constituintes "progressistas", ele afirma que elas são necessárias, pois a força "não pode parar no tempo e no espaço".

Analisando rumos que toma a nova Carta Magna do

País, o chefe do Estado-Maior, a segunda autoridade do Exército depois do ministro Leônidas Pires, disse que "neste importante momento para a Nação, quando se escreve a nova Constituição, esperamos que os homens responsáveis por esse transcendente trabalho miremos no exemplo dos grandes homens". O general Pamplona chama a atenção para a necessidade de se manter um Exército moderno à altura dos "progressos espetaculares da ciência e da tecnologia", avanços que, segundo afirma, "refletem profundamente na fisionomia da guerra. A psicologia e a propaganda, mais que nunca — acrescenta — têm o valor de poderosos instrumentos de ação. A eletrônica domina os campos de batalha, dando aos combates novos aspectos e contornos".

Encerrando suas palavras, ressaltou que "o Exército e as demais Armas, sempre, nos momentos decisivos de nossa história, com as suas presenças, garantiram a intuição patriótica, fizeram prevalecer as tradições, necessidades e aspirações do povo. Hoje, mais do que nunca, estaremos presentes, como soldados e como cidadãos em todos os eventos que digam respeito à continuidade da pátria".

CERIMÔNIA

Em cerimônia presidida pelo ministro Leônidas Pires Gonçalves, que não quis falar à imprensa, já que seu "recado" foi dado pelo chefe do Estado-Maior, receberam suas espadas de comando e ouviram pela primeira vez o toque de oficial-general, os generais-de-brigada combatente Luiz Carlos Travassos Caldas Rodrigues, oriundo da Arma de Engenharia (turma de 1954); Miguel Monori Filho, da Arma de Artilharia (turma de 1955); Pussu Clesio Nogueira, oriundo do Quadro de Engenheiros Militares e José Rodrigues Castro Ferreira (médico).



Marco Aurélio

arrecadação tributária revertida para os estados que consões as duas regiões. "O Centro-Oeste é uma região também carente de investimentos públicos. Apenas Brasília escapa, por ser uma ilha da fantasia", frisou o secretário.

A terceira emenda tem como objetivo garantir as verbas que o GDF recebe do Fundo de Participação dos Municípios, como está assegurado no texto constitucional vigente. O secretário de Finanças disse que a redação é praticamente idêntica: "O Distrito Federal participará igualmente dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios".

As três emendas foram elaboradas por uma comissão de estudos do GDF. Também os parlamentares da bancada do DF na Constituinte receberam cópias dos textos entregues a Ulysses Guimarães.

O presidente José Sarney afirmou a deputados federais que o sistema parlamentarista somente beneficiará os grandes estados. Na sua opinião, as bancadas de São Paulo e Minas Gerais, unidas, poderão fazer e desfazer gabinetes.

O deputado José Lins (CE), integrante da Comissão do PFL que estudará o substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), acredita que em seu partido a maioria é favorável ao parlamentarismo. Essa tendência é nitida na bancada do Senado.

INTERESSES

O Secretário-geral da ação parlamentarista, deputado Victor Faccioni (PDS-RS), afirmou ontem que só não defendem a mudança os que não conhecem a diferença entre os dois sistemas "ou quem se vincula a interesses de ordem pessoal ou de grupos na disputa do jogo do Poder, como é o caso dos chamados presidencialistas e seus áulicos seguidores".

A mudança, a seu ver,

envolve mais do que a simples modificação da administração. Ela alterará, na verdade, o processo político de definição de prioridades da Nação, de formulação e execução das decisões. Substituirá o esquema dominante do presidencialismo — autoritarismo, centralismo, irresponsabilidade e impunidade — pela influência da opinião pública, do que decorrerá a valorização dos partidos e do Congresso.

Concorda Faccioni em que seja feito um plebiscito para saber o que o povo deseja. Contudo, "não pode ser repetida a farsa de 63, quando a publicidade foi unilateral, em favor do presidencialismo, deformando a decisão e a visão popular".

ILUSÃO

Em conversas recentes com deputados e jornalistas estrangeiros, o presidente José Sarney acrescentou a seus argumentos contra o parlamentarismo — falta de partidos, deficiência da administração

etc — o de que havendo união de Minas Gerais e São Paulo, as duas bancadas controlariam o gabinete.

Esse argumento será combatido na discussão do sistema de governo na Comissão de Sistematização. Em primeiro lugar, os gabinetes não serão escolhidos pelos estados e sim por bancadas partidárias. Em segundo, no sistema atual, é o que havendo uma união de Minas Gerais e São Paulo — a política do café com leite — o candidato a Presidente estará praticamente eleito. Quem sair vitorioso nesses dois estados, conseguirá uma boa margem de votos.

O presidente e o secretário-geral da Ação Parlamentarista, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e Victor Faccioni, farão, na próxima semana, um levantamento oficial dos Constituintes favoráveis à mudança do sistema de pagamento. Eles acreditam que, hoje, o parlamentarismo seria aprovado com no mínimo 60% dos votos.

Sant'Anna quer um regime misto

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, disse ontem que não abre mão de inserir no texto constitucional um sistema de Governo "presidencialista com fortes cores parlamentaristas", no qual o Presidente da República acumularia a chefia do Estado, do Governo e o comando supremo das Forças Armadas. O primeiro-ministro, na prática, seria de um auxiliar administrativo do Presidente.

Ele contudo ainda não está se articulando formalmente para isso porque pretende aguardar o texto do substitutivo do relator, Bernardo Cabral, para ver como foi que ele redigiu essa questão do sistema de Governo. Na redação inicial, não consta a quem cabe a chefia do Governo, porque na comissão temática, ao final da votação, foi suprimido um artigo que gerou essa omissão.

Sant'Anna acredita que terá mais uma vez de arregimentar forças para seu objetivo no grupo de moderados do PMDB e de outros partidos, que se juntaram agora no bloco de Vanguarda que tem à frente o deputado Roberto Cardoso Alves. Mas como sabe que esse assunto não tem con-

senso, poderá ganhar algumas adesões em outras alas da Constituinte para compensar as defecções dentro do seu grupo.

Segundo o líder governista, o Palácio do Planalto está convencido de que a nova Carta trará um sistema parlamentarista, com o qual concorda. Mas não aceita é que o Presidente da República passe a ser figura decorativa, "presidindo solenidades e festas", se será eleito a partir de agora em dois turnos e por maioria absoluta de votos.

Isso, na visão do deputado Carlos Sant'Anna, é inadmissível, porque o Presidente, com cerca de 40 milhões de votos, daria todo o poder a um deputado com 40 mil, 50 mil ou 100 mil votos. Portanto, justificava, não age sequer em nome da preservação dos poderes do presidente José Sarney, mas de seus sucessores. Todavia, admite a possibilidade de haver delegação de poderes ao primeiro-ministro.

Apenas, na visão da liderança governista, é preciso restabelecer no texto constitucional a possibilidade do Presidente da República, no caso de descompasso com o primeiro-ministro,

poder demiti-lo depois de ouvir o conselho da República. Este conselho é formado, segundo o texto em debate na Comissão de Sistematização, pelo Presidente da República, os presidentes da Câmara e do Senado, os líderes da maioria e da minoria, o primeiro-ministro, um dos ministros militares e mais seis brasileiros, maiores de 35 anos, indicados dois pelo Presidente da República, dois pela Câmara e dois pelo Senado.

Outro aspecto desse "presidencialismo com fortes cores parlamentarista" é que o Governo pretende ver na nova Carta a possibilidade não só do Presidente da República demitir o primeiro-ministro como fazê-lo sempre que houver necessidade. Mas o texto em debate só permite que a destituição ocorra no máximo duas vezes durante seu mandato.

O líder Carlos Sant'Anna acredita que através de emendas ao texto do relator poderá encaminhar a redação para a forma que considera aceitável. Todavia, as providências práticas só sairão depois do dia 24, quando se conhecerá a redação do substitutivo Bernardo Cabral.

Parlamento pode vir com pacto

A implantação do parlamentarismo clássico no Brasil só será possível mediante um pacto político do qual participe o presidente da República, a quem caberia a tarefa de preparar o País, durante um prazo de dois anos, para experimentar a nova e mais aperfeiçoada forma de governo adotada nos países mais civilizados do mundo democrático, segundo afirmou, ontem, o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA).

O parlamentarista maranhense, que já conversou a respeito da necessidade dessa negociação com os ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, e Ivan Mendes, do Serviço Nacional de Informações, acha que o parlamentarismo clássico com seis anos de mandato para o atual presidente da República seria uma fórmula que interessa a Sarney e ao País na medida em que poderá conferir estabilidade às nossas instituições.

CLASSICO

Cid Carvalho não acredita em fórmulas híbridas. Ele acha que chegou o momento de experimentar o parlamentarismo clássico,

no qual o presidente da República, que exerce a chefia de Estado, enquanto o primeiro-ministro governa, é eleito indiretamente pelo Parlamento.

Ele não aceita a tese de alguns dirigentes históricos do PMDB, como o líder Luiz Henrique e o ex-líder Pimenta da Veiga, segundo a qual o presidente da República, mesmo no sistema parlamentarista, terá que ser eleito pelo povo pois a volta da eleição popular constitui compromisso assumido pelo PMDB em praça pública.

Sustenta que a eleição é um meio, não um fim em si mesma. O PMDB se envolveu na campanha das diretas já como único caminho para derrubar o regime ditatorial. Quando a eleição se tornou inviável, o partido concordou em marchar para a escolha indireta com o objetivo de destruir o colégio eleitoral, que era o símbolo do regime autoritário.

— E fomos à praça pública com Tancredo Neves para que o Presidente eleito indiretamente fosse legitimado, como foi, pelo calor do apoio popular. Não podemos tratar miticamente

da eleição direta. No parlamentarismo, o presidente da República é eleito pelo Parlamento, que recebe, para isso, expressa delegação do voto popular, disse Cid.

O que é indispensável para a implantação do parlamentarismo é um pacto político do qual participe o presidente José Sarney. Ele teria um mandato de seis anos, os dois últimos dos quais para preparar as instituições, principalmente o aparelho do Estado, a fim de funcionar no novo sistema de governo.

Cid Carvalho e Israel Píneiro Filho (PMDB-MG) conversaram demoradamente, antecorrendo, com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, sobre a possibilidade desse acordo político com Sarney. Ontem, foi a vez do deputado maranhense se encontrar com o ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, general Ivan de Souza Mendes, para defender a mesma ideia. Cid Carvalho e Israel Píneiro Filho cogitam de procurar o presidente da República, depois dessas conversas preparatórias, para discutir a viabilidade do projeto.

Arinos: Sarney continuaria

O presidente da Comissão de Sistematização senador Afonso Arinos (PFL-RJ) defendeu hoje pela primeira vez a implantação do parlamentarismo com a permanência do presidente José Sarney. Segundo ele, a polêmica existente na Constituinte em torno da duração do mandato presidencial e do sistema de governo terminará "se o presidente Sarney deixar de pregar o presidencialismo. Ele, que em 1961, assinou uma emenda parlamentarista".

— Se o presidente Sarney tiver o destino de ser o homem que passa de um regime a outro, ele conseguirá o mandato que desejar — disse o senador. Ele preferiu não opinar sobre a possível entrega do cargo de primeiro-ministro ao PMDB, mas frisou que a

permanência de Sarney "é importante" e que "deve-se ter em vista sua presença para a experiência parlamentarista".

O senador destacou o trabalho de "filtragem e afinação de contribuições", que está sendo feito pelo relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), e pelos relatores-adjuntos. Depois de reunir-se com o grupo, durante toda a manhã de hoje, em dependências do Banco do Brasil, Afonso Arinos mostrou-se preocupado com o pouco tempo disponível para a apreciação de inúmeras propostas apresentadas por quatro blocos de constituintes. O prazo para apresentação do parecer do relator terminará no dia 23 de agosto, mas Cabral prometeu levar um esboço às lideranças partidárias no

próximo dia 20.

— Tenho dúvidas sobre o prazo que todo esse trabalho pode levar — disse Arinos, prevendo reuniões inclusive nos fins de semana.

O senador mostrou-se impressionado com a quantidade de emendas populares recebidas até ontem pela Constituinte, algumas totalizando mais de um milhão de assinaturas, embora o regimento da Assembléia exija o apoio de 30 mil eleitores.

— O que me chama mais a atenção é o fenômeno da participação popular — comentou.

Hoje, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, convidou o senador Afonso Arinos e o deputado Bernardo Cabral para uma reunião, em sua residência, na manhã da próxima segunda-feira.